Poucos deputados discutem projeto Cabral

17 JUL 1987 A-4

Da Sucursal de Brasília

Até o próximo dia 27 de setembro, os trabalhos do plenário do Congresso constituinte certamente não despertarão polêmicas. Apenas com o início da votação do novo anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, o trabalho esquentará. Nos dois primeiros dias de discussão do texto da nova Constituição, os parlamentares não falaram sobre o assunto e praticamente não compareceram às sessões.

Tanto na última quarta-feira quanto ontem, foi feita a verificação de quórum para atestar a presença mínima de 54 parlamentares. Em alguns momentos, menos de dez constituintes acompanharam discursos que tratavam desde o plano econômico do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, até problemas da suinocultura.

Pelo regimento interno do Congresso constituinte, oito parlamentares podem discursar, além das lideranças partidárias, em cada sessão. A inscrição tem de ser feita com antecedência e o constituinte pode falar sobre qualquer assunto constitucional. Mas esta regra é quebrada diariamente. Ontem, o assunto predileto foi a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra o presidente regional do PT paulista, Djalma Bom.

"Isso é improdutivo", disse o deputado Bernardo Cabral, que apóia a proposta do vice-líder do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), de dividir os quarenta dias destinados à discussão do anteprojeto da Comissão de Sistematização em blocos temáticos. O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, é contra a proposta e não pretende sugerir alterações no regimento.

"Até o dia 30 deste mês, não vou convocar nenhum relator-adjunto para trabalhar, porque tenho de aguardar as emendas dos constituintes e as populares", afirmou Cabral, no final da tarde de ontem, reforçando o anticlímax do Congresso constituinte. Ele espera ter um bom número de emendas entregues até esta data para iniciar a elaboração de seu substitutivo.

Como o prazo para entrega das emendas vai até 13 de agosto, poucos constituintes estão encaminhando suas sugestões. Menos de cem emendas foram entregues nos dois últimos dias. Apenas três emendas populares foram enviadas, mas foram rejeitadas por não cumprirem os critérios estabelecidos. Uma continha a assinatura de dois milhões de crianças (o signatário deve ser eleitor). As outras duas não tinham o apoio de três entidades da sociedade civil.

FOLHA DE SÃO PAULO